DESPEDIDA

Da fundição à tribuna

Antes de deixar o Senado, Paim relembra a marcha contra a ditadura, a greve de fome no plenário, o livro atirado em direção a um deputado e a relatoria da lei que fez do 20 de novembro um feriado nacional

» JOÃO PEDRO DE LARA RESENDE*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Paim dirigiu o Sindicto dos Metalúrgicos de Canoas (RS) por sugestão de Dilma Rousseff

A carreira que Paulo Paim encerra em fevereiro começou longe de Brasília, e o caminho até a fábrica passou pela ditadura. Ele conta que foi tirado de dois ginásios noturnos em Caxias do Sul (RS) por mobilizar "a moçada" contra o regime. "Eu já defendi as 40 horas", diz. Um primo o levou para trabalhar em Porto Alegre, onde passou no teste do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). "Aí mudou a minha vida."

Na fundição onde trabalhou, fazia os moldes de madeira, prensava a terra ao redor e via o ferro derretido escorrer do forno. "Mas aquilo ia me corroendo o pulmão aos poucos", lembra. Equipamento de proteção, não havia. "Nada, não tinha nada." Os médicos, conta, chegaram a perguntar se ele tinha fumado a vida inteira. Nunca fumou.

Paim diz que o convite para disputar a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, em 1981, partiu da então dirigente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) Dilma Rousseff, que décadas depois seria presidente da República, e do então marido dela, o advogado trabalhista Carlos Araújo. Venceu. Dois anos depois, durante uma greve geral, propôs a cerca de 3 mil trabalhadores reunidos no sindicato uma caminhada até Porto Alegre, contra a ditadura. Todas as mãos se levantaram.

Na ponte sobre o Rio Gravataí, alguém avisou que a polícia ia "meter bala". Ninguém ia meter bala coisa nenhuma, respondeu o sindicalista, antes de dar a ordem: "Não pise na grama, não toque em nada, não quebre um vidro. Nós vamos pacificamente, mas vamos a Porto Alegre". Pelo caminho, a coluna engrossou, e estudantes abriram passagem "para os operários passarem". Diante do Palácio Piratini, cortaram os fios do som. Paim discursou assim mesmo: cada fileira repetia a frase para a de trás. O recado era um só: "Não à provocação, não à invasão". Ninguém invadiu.

Uma tecla só

Eleito constituinte em 1986, Paim desembarcou em Brasília e passou a morar com Lula e Olívio Dutra, também deputados constituintes. Na Constituinte, brigou pelas 40 horas semanais. O acordo possível, costurado com nomes como Ulysses Guimarães e Mário Covas, reduziu o limite de 48 para 44 horas.

Em 1990, integrou a missão da Câmara que foi à África do Sul do apartheid, com Benedita da Silva e outros parlamentares. Na chegada, conta, ouviram que seriam presos. Foram recebidos por Winnie Mandela, que entregou à comitiva a Carta da Liberdade do povo sul-africano. Paim diz ter voltado com a ideia de escrever uma carta brasileira. Ela viraria o *Estatuto da Igualdade Racial*, sancionado em 2010. Neste mês, o país celebra, pela terceira vez, o feriado nacional do Dia de Zumbi e da Consciência Negra, em 20 de novembro. Foi Paim o relator, na Comissão de Educação do Senado, do projeto que instituiu a data.

Em 1991, avisou a bancada do PT que faria greve de fome no plenário até que o governo de Fernando Collor reajustasse o salário mínimo. "Eu comuniquei a bancada. Não perguntei", diz. Ficou três dias e duas noites só com água. Saiu com um abono emergencial.

Paim guarda uma Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) antiga, presente de um homem já falecido. Os filhos dele levaram o exemplar a Paim, a pedido do pai, no leito de morte. Dentro, há uma dedicatória: Paim "é o cara que defende a CLT".

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a Câmara discutiu um projeto para que o negociado entre patrões e empregados valesse mais do que a CLT. Paim subiu à tribuna com a Constituição e a CLT nas mãos e acusou os colegas de rasgá-las. Um deputado reagiu, conta, com ofensas racistas. "Me respeita", pediu Paim, e atirou um dos livros na direção dele. Errou. O livro acertou o peito de outro homem, a quem pediu desculpas. "Eu tinha atirado mesmo", admitiu.

Falou-se em levá-lo à Comissão de Ética. Um jurista que "não era de esquerda", nas palavras de Paim, ofereceu-se para defendê-lo, e o caso não avançou. Derrotado por um voto na Câmara, Paim prometeu aos adversários que iria ao Senado e derrubaria o projeto lá. Elegeu-se senador em 2002.

Com o PT no Planalto, a tecla permaneceu a mesma. Em 2015, em meio à disputa sobre o fator previdenciário, ameaçou deixar o partido, e o tucano Aécio Neves mandou avisar que "as portas do PSDB" estavam abertas. Ficou.

Vinte e quatro minutos

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, a última de Paim para reduzir a jornada, passou pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas não chegou ao plenário. Ele conta que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), preferiu esperar o texto da Câmara e que o acordo, costurado com o governo, foi votar a PEC 221/2019, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A dele, diz, serviu de pressão para que a causa avançasse.

Ao dono de uma padaria, preocupado com o custo, Paim responde lembrando a Constituinte: em 1988, ouviu que as 44 horas iam derrubar a produtividade e o emprego. Em dezembro, a jornada máxima será reduzida em duas horas por semana, o equivalente a 24 minutos por dia, considerando uma semana de cinco dias. "Não é nada", diz. Os outros 24 minutos só chegam um ano depois.

Em 14 de outubro, o Senado aprovou o texto por 75 votos a 1. Dois dias depois, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 141, que acaba com a escala 6x1 e leva a jornada às 40 horas que Paim defendia desde a Constituinte. No dia da votação, no meio do discurso, ele tirou um lenço do bolso.

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**

Trajetória

- Nasce em Caxias do Sul (RS), em 15 de março 1950;
- Em 1986, é eleito deputado federal constituinte; seria reeleito em 1990, 1994 e 1998 2002;
- É eleito senador; seria reeleito em 2010 e 2018 2003;
- Estatuto do Idoso é sancionado 2010;
- Estatuto da Igualdade Racial é sancionado 2015;
- Lei Brasileira de Inclusão é sancionada; apresenta a PEC 148, de redução da jornada 2023;
- Lei que torna feriado nacional o Dia de Zumbi e da Consciência Negra é sancionada; Paim foi o relator no Senado 2026;
- Congresso promulga a Emenda Constitucional 141, que acaba com a escala 6x1.